



AULA DE HOJE

- Trabalho infantil: caracterização, efeitos da contratação e penalidades. Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Tratamento legal e constitucional. Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente: composição e atribuições. Trabalho do adolescente: normas de proteção. Limites à contratação. Estágio e aprendizagem: conceito, distinção, características e requisitos contratuais. Direitos e deveres do estagiário e do aprendiz. Trabalho educativo.

Trabalho da criança e do adolescente.

Noções gerais

- Tratamento diferenciado no plano internacional e no ordenamento interno
- - **Erradicação** do trabalho infantil (modalidade inaceitável)
- - **Proteção/regularização** do trabalho do adolescente

OIT e prestação de labor infanto-juvenil

- ***Critério da progressividade** (direitos sociais não são pura emanção da norma jurídica – outros fatores: *miséria, subdesenvolvimento, baixo nível educacional, má distribuição de renda*)
 - Eliminação do trabalho infantil
 - Proteção do trabalho adolescente
 - Políticas públicas para a criança e para a família (recomendação 146 da OIT)
 - . Vinculação entre **trabalho infantil e pobreza**
 - . Garantia de **educação básica e gratuita para superação do trabalho infantil**
 - . Crianças e adolescentes como **sujeitos de direito** (não mais menores ou tutelados)
 - . Necessidade de **investir junto à opinião pública** (recomendação 190 da OIT – Regiões norte e nordeste do país). **Direito social de informação** (permitir construção de estratégias para superação)

OLT e prestação de labor infanto-juvenil

*Critério de vigilância/fiscalização (efetividade)

- **Vigilância do local de trabalho** (casos de proibição de trabalho, redução de jornada, fornecimento de EPI)
- **Vigilância de proteção social** (escolaridade oficial, saúde, proteção à família)
- **Vigilância comunitária** (agricultura, pecuária e outras culturas de subsistência, pesca, comércio)

A OIT e a idade mínima para o trabalho. Convenção 138 e Recomendação 146 (idade mínima)

- Não define idade mínima. Parâmetros:
 - Não pode trabalhar antes da idade de **conclusão da escolaridade compulsória** (oito anos do ensino fundamental) ou, em qualquer hipótese, **inferior a 15 anos**.
 - **Exceção:** economia ou ensino pouco desenvolvido = idade mínima de 14 anos.

A OIT e o trabalho infantil degradante. Convenção 182 (Decreto 6481/2008) e Recomendação 190 (piores formas de trabalho infantil)

- . **Escravidão;**
- . **Prostituição infantil;**
- . **Pornografia em geral;**
 - A discussão em torno da liberdade de expressão – não cabe ponderação de direitos – estranho ao conteúdo do direito
- . **Atividades ilícitas**, como tráfico de entorpecentes e armas de fogo;
- . **Trabalhos que prejudiquem a saúde, segurança ou moral das crianças;**
- . **Trabalho infantil doméstico** (recomendação 190 – *trabalho infantil oculto*)
- **Exigência de ação mais enérgica** (ajuda mútua, educação, assistência direta e reintegração, atenção especial às meninas)

A constituição e a proteção integral ao trabalho da criança e do adolescente

- * Prioritária a ação conjunta do Estado e da sociedade a fim de garantir às crianças e adolescentes (seres em desenvolvimento) cidadania plena (direitos civis, trabalhistas, políticos, econômicos, sociais e culturais)
 - Criação dos conselhos dos direitos da criança para fixação de políticas públicas
 - Abandono da visão meramente assistencialista (integração)
 - Participação na discussão sobre currículo escolar e entidades de política estudantil (art. 53 ECA)
 - Voto facultativo aos maiores de 16 anos

A constituição e a proteção integral ao trabalho da criança e do adolescente

- **Reflexos da proteção integral no direito do trabalho**
 - Proibição de diferenças salariais, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de idade (art. 7º, XXX)
 - Idade mínima para admissão ao trabalho
 - Direito à profissionalização como prioridade, inserido no âmbito da política educacional (ampliação das hipóteses de aprendizagem)
 - Garantia de direitos previdenciários e trabalhistas (art. 227, par. 3º CF/88)
 - Garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola (art. 227, par. 3º CF/88)

Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente

- **Estrutura descentralizada:** Existem nas esferas nacional, estadual e municipal nos termos do art. 260, § 2º, da Lei nº 8.069/90.
 - “Os **Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente** fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.”
- **Conceito** – art. 88 II, do ECA - “órgãos **deliberativos e controladores das ações** em todos os níveis, assegurada a **participação popular paritária** por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais”
- **Finalidade:** assegurar prioridade para a infância e a adolescência.

Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente

- **Natureza jurídica (art. 88 do ECA) - órgãos, de natureza pública, autônomos e especiais.**
 - a) órgão especial – devido à sua estrutura e funcionamento específicos;*
 - b) órgão autônomo e independente – não está subordinado hierarquicamente a qualquer esfera de governo;*
 - c) administração descentralizada – decide as questões que lhes são afetas, com a peculiaridade de que suas deliberações se tornam vontade estatal, e não vontade do órgão, sujeitando o próprio Estado ao seu cumprimento.*
- * **Composição variável e paritária** entre governo e sociedade civil (escolha pelos órgãos de base). Membros do Conselho devem ser **representativos** no segmento.

Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Principais atribuições

***Formulam, acompanham a execução das políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência e gerem o FIA.**

Formas de atuação:

- - Formular as diretrizes para a política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança;
- - Fiscalizar o cumprimento das políticas públicas para a infância e à adolescência executadas pelo poder público e por entidades não governamentais;
- - Acompanhar a elaboração e a execução dos orçamentos públicos para assegurar que sejam destinados os recursos para a execução das ações destinadas ao atendimento das crianças e adolescentes;
- - Gerir o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), definindo os parâmetros para a utilização dos recursos;
- - Promover a articulação entre os diversos atores que integram a rede de proteção à criança e ao adolescente.

Conselho Tutelar

- **Conceito.** *órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (art. 131, ECA). Criado por lei municipal.*
- **Características:**
- **a) a estabilidade (permanência);**
 - ação contínua e ininterrupta, não podendo sofrer solução de continuidade. Após ser criado, o Conselho Tutelar não pode desaparecer; apenas seus membros são renovados.
- **b) a autonomia;**
 - não necessita de determinação judicial para decidir e aplicar as medidas protetivas
 - Independente em relação ao Executivo, embora integre **a esfera administrativa municipal**
- **c) órgão não jurisdicional**
- **d) Imposição constitucional de Democracia participativa**
- **e) Atuação descentralizada**
- **f) entidade de deliberação coletiva** (excepcionalmente há atendimento individual)

Conselho Tutelar

- **Natureza jurídica**

- Como órgão público, tem natureza administrativa e executiva, vinculado ao Poder Executivo Municipal.
- O Conselho Tutelar não é revestido de poder para fazer cumprir determinações legais ou punir quem as infrinja.

- **Composição**

- Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar **composto de cinco membros**, escolhidos pela comunidade local para mandato de 4 anos, permitida uma recondução (art. 132/ECA, modificado pela Lei nº 12.696, de 2012).

Conselho Tutelar

- **Requisitos para a candidatura (art. 133 ECA)**

- *“I - reconhecida idoneidade moral;*
- *“II - idade superior a vinte e um anos;*

O Código Civil e a Resolução nº 88/2003 da CONANDA (art. 11)

- *“III - residir no município.”*

- **Processo para a escolha** será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público Estadual.
- **Facultatividade do voto** - Não é necessário e, possivelmente, não será viável que a lei municipal estabeleça voto obrigatório;
- **Eleição pode ser indireta**, desde que realmente representativa do segmento e da comunidade local

Conselho Tutelar . Atribuições (art. 136 ECA)

- **Atribuições preventivas (fiscalizadora) e repressivas (diante do direito violado)**
- Atender crianças adolescentes quando ameaçados e violados em seus direitos e aplicar, quando necessário, medidas de proteção.
- Atender e aconselhar seus pais ou responsável, nos casos em que crianças e adolescentes são ameaçados ou violados em seus direitos e aplicar aos pais medidas pertinentes previstas no Estatuto;
- Tomar providências para que sejam cumpridas as medidas de proteção (Excluídas as sócio-educativas) aplicadas pela justiça a adolescentes;
 - *Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:*
 - *I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;*
 - *II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;*
 - *III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;*
 - *IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;*
 - *V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;*
 - *VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;*
 - *VII - abrigo em entidade;*
 - *VII - acolhimento institucional;*
 - *VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;*
 - *IX - colocação em família substituta.*

Conselho Tutelar . Atribuições (art. 136 ECA)

- **Atribuições preventivas (fiscalizadora) e repressivas (diante do direito violado)**
- Promover a execução de suas decisões e encaminhar à Justiça os casos que a ela são pertinentes;
- Levar ao conhecimento do MP fato que o ECA tenha como infração administrativa ou penal, bem como casos que demandam ações judiciais de perda ou suspensão do pátrio poder;
- Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- Fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais que executem programas de proteção e sócio-educativo”

Normas específicas de proteção ao trabalho juvenil

Idade mínima: 16 anos, salvo a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz (art. 7º, XXXIII)

- A capacidade civil e o trabalho realizado por menores de 18 anos
- Efeitos da nulidade contratual motivada por incapacidade do agente

Férias:

Não fracionáveis: Art. 134 § 2º CLT - Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez

Coincidência com férias escolares: Art. 136 § 2º CLT - O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

Normas específicas de proteção ao trabalho juvenil

- **Jornada de trabalho:** art. 7º, XIII e XXXIII e arts. 411 a 414 da CLT
- **Vedada prorrogação de jornada, salvo a hipótese do art. 413 da CLT**

“Art. 413 - É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor, salvo:

I - até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acôrdão coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro inferior legalmente fixada;

II - excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

Parágrafo único. Aplica-se à prorrogação do trabalho do menor o disposto no art. 375, no parágrafo único do art. 376, no art. 378 e no art. 384 desta Consolidação.”

#Observe-se a Constituição quanto ao limite de jornada e percentual da hora extra.

Normas específicas de proteção ao trabalho juvenil

- **Descanso de 15 minutos antes de sobrejornada (arts. 384 e 413, parágrafo único)**
 - *Art. 384 - Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho*
- **Se trabalha em dois ou mais locais, as horas de cada um destes serão totalizadas (art. 414)**
 - *Art. 414 - Quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.*
- **Vedação do trabalho noturno (art. 404, CLT e art. 67, I do ECA)**
 - *Art. 404 - Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.*
 - *Art. 8º da Lei 5889/1973 (rural) – 21h às 5h (lavoura) e 20h às 4h (pecuária) – vedado ao menor*

Normas específicas de proteção ao trabalho juvenil

- **Proibição do trabalho insalubre, perigoso e penoso** (art. 7º, XXXIII e art. 189 da CLT)
 - **Insalubridade e penosidade** – prejuízo físico e mental
 - **Periculosidade** – imaturidade mental para percepção de riscos potenciais propiciariam os riscos de prejuízo à saúde.
- **Critério orgânico** (força muscular): 20 kg para trabalho contínuo e 25 kg para trabalho ocasional
- **Propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos** – vedação do art. 3º, da Lei 6224/75

“Art. 3º É vedado o exercício da profissão de Propagandista e Vendedor de Produtos Farmacêuticos ao menor de 18 (dezoito) anos.”
- Em **minas de subsolo** (riscos de explosão – vedação a atividade perigosa)

Normas específicas de proteção ao trabalho juvenil

- **Atividades proibidas** (proteção à saúde física, psíquica, desenvolvimento social e familiar)
 - **Causadoras de prejuízo à frequência na escola** (art. 403 CLT)
 - *Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.*
 - **Locais ou serviços prejudiciais à moral** (art. 405, par. 3º, “a” a “d”). As atividades descritas nas alíneas a e b (teatral ou circense) podem ser autorizadas por juiz da Infância (art. 406, caput, I e II), desde que tenha finalidade educativa, sem prejuízo ao desenvolvimento do menor ou for indispensável para subsistência própria ou de seus responsáveis.

Trabalho infantil artístico – posição do MPT

ORIENTAÇÃO N.02. Trabalho Infantil Artístico. Proibição Geral para menores de 16 anos. Excepcionalidades. Condições Especiais (**resumo**)

- I. O trabalho artístico é proibido para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.
- II. Requisitos para excepcionar a regra:
 - A) Excepcionalidade, diante de **situações individuais e específicas** (obra artística não possa, objetivamente, ser representada por maior de 16 anos);
 - B) Prévia autorização de seus representantes legais, ato de Autoridade Competente e existência de uma licença ou alvará individual para cada novo trabalho, que defina em que atividades poderá haver labor, e quais as condições especiais de trabalho;
 - C) O labor deve envolver manifestação artística;
 - D) Impossibilidade de trabalho em caso de prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente;
 - E) Matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, além de reforço escolar, em caso de mau desempenho;
 - F) Compatibilidade entre o horário escolar e atividade de trabalho, resguardados os direitos de repouso, lazer e alimentação, dentre outros;
 - G) Garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes, na relação de trabalho, os requisitos do arts. 2º e 3º CLT, além de assistência médica, odontológica e psicológica;
 - H) Depósito, em caderneta de poupança, de percentual mínimo incidente sobre a remuneração devida;
 - I) Acompanhamento do responsável legal do artista, ou quem o represente, durante a prestação do serviço;

Contrato de aprendizagem

- **Conceito (art. 428)**
- - Contrato de aprendizagem é o contrato de **trabalho especial**, ajustado **por escrito** e por **prazo determinado**, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (dezoito) anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.
- **Idade:** 14 a 24 anos, salvo aprendiz portador de deficiência (art. 428, par. 5º).
 - § 5º A idade máxima prevista no **caput** deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência

Contrato de aprendizagem

- **Duração do contrato:** prazo máximo **de 2 anos, salvo para PCD.**
- **REGRA:** Encerra-se com 2 anos ou, independentemente do prazo, quando o aprendiz faz 24 anos (ressalva em ambos os casos para o PCD). Continuidade do contrato, após o fim da aprendizagem, gera convolação em contrato por prazo indeterminado.
- **Exceção:** *“art. 428 § 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.”*

Contrato de aprendizagem

- **Possibilidade de extinção antecipada:** art. 433
- - O desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz
- - Falta disciplinar
- - Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo
- - Pedido de demissão

Contrato de aprendizagem. Direitos e obrigações

- a) salário mínimo/hora (salvo condição mais benéfica);
- b) jornada máxima de seis horas, vedada prorrogação e compensação, **salvo se já tiver completado o ensino fundamental (8 horas)**, incluídas as de aprendizagem teórica);
 - *“Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada. § 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.”*
- c) **direitos trabalhistas do jovem aprendiz são praticamente os mesmos de um empregado comum**, inclusive quanto ao recolhimento de tributos. As diferenças estão na alíquota de depósito do FGTS, que será na proporção de 2% (§ 7º do art. 15 da Lei 8036/90), e na desobrigação de indenização em caso de descumprimento contratual por ambas as partes.
- # Para muitos, o fato de no rol de término das hipóteses de aprendizagem taxativo se encontrar vedada a despedida imotivada, implica indiretamente reconhecer verdadeira estabilidade ao aprendiz dentro da vigência do respectivo contrato.

Contrato de aprendizagem

- **Pressupostos de validade:**
- a) registro da aprendizagem na CTPS (não pode ser tácito);
- b) matrícula e frequência do aprendiz à escola (caso não haja concluído o ensino fundamental);
- c) inscrição do aprendiz em programa de aprendizagem (art. 430);
- d) existência de programa de aprendizagem desenvolvido por atividades técnicas e práticas, com objetivo, conteúdo e carga horária do curso.

Contrato de aprendizagem

- **Percentual 5% a 15% dos trabalhadores de cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional** (exceto microempresas, EPPs (art. 51, III, da Lei Complementar 123/2006) e entidades sem fim lucrativo que tenham por objetivo a educação profissional).
 - *Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente **a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo**, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.*
 - *§ 1º-A. O limite fixado neste artigo **não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos**, que tenha por objetivo a educação profissional.*
 - *§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz.*

Contrato de Estágio

- **Regulação**
- Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008
- **Conceito e seus elementos**
- **Procedimento formativo**, de **cunho didático-pedagógico** e **articulado** segundo projeto de **planejamento institucional**, que visa permitir ao estudante **complementar** a sua **formação** e **compreender** na **prática** os **ensinamentos teóricos** recebidos em sua vida escolar.
- **Natureza jurídica: Contrato laboral formativo (educativo)**, voltado à **integração**

Contrato de Estágio. Princípios

– Princípio da vinculação pedagógica

- - **Prioritariamente ato pedagógico** (preparo e qualificação) – previsão de estágio curricular ou estágio correlacionado com a proposta pedagógica da escola. Requisitos não são de ordem econômica.
- - **Desvio de finalidade ou descumprimento de qualquer das obrigações previstas no termo de compromisso: vínculo empregatício**

– Princípio da adequação (à formação do educando)

- - Dotar o estudante das competências pertinentes à atividade profissional
- - Correlação entre práticas e saberes (saber fazer e para que fazer)

Contrato de Estágio. Princípios

- **Princípio do rendimento**

- Consequência dos princípios anteriores
- Êxito no processo educativo
- Êxito na formação prática do educando (planejamento, projeto didático-pedagógico, seleção, acompanhamento, execução e avaliação do estágio)

Contrato de Estágio. Características

- **Solene** (escrito e termo de compromisso, relatórios de atividade)
- **Tripartite** (estudante, instituição de ensino e organização concedente). Pacto bilateral implica em vínculo de emprego.
- ***Situação excepcional**: art. 9º, parágrafo 1º do EOAB (Lei 8906/1994) – bacharel em direito após conclusão para se preparar para ingresso na ordem.

§ 1º O estágio profissional de advocacia, com duração de 2 anos, realizado nos últimos anos do curso jurídico, pode ser mantido pelas respectivas instituições de ensino superior pelos Conselhos da OAB, ou por setores, órgãos jurídicos e escritórios de advocacia credenciados pela OAB, sendo obrigatório o estudo deste Estatuto e do Código de Ética e Disciplina.”

- **Tendencialmente oneroso** (arts. 12 e 13 da Lei de Estágio) – seguros, descanso anual remunerado, previsão de bolsa.

*Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, **sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.** § 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.*

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. § 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação. § 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Contrato de Estágio. Características e finalidade

- **Características:**
 - **De trato sucessivo** (regularidade temporal, frequência escolar e impossibilidade de o estágio começar antes da frequência às aulas na instituição de ensino)
 - **Subordinativo**
 - **De atividade**
-
- **Finalidade da relação de estágio**
 - **Formação educativa.**
- *“Art. 1º . § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.”*
-

Contrato de Estágio. Espécies

- **Quanto à exigibilidade:**
 - **Obrigatórios** (condição para que o estudante conclua o curso);
 - **Facultativos** (admitidos na proposta pedagógica de forma opcional para o curso ou para determinada etapa deste).
- **Quanto aos fins:**
 - - **Estágio profissional** – vivência do conteúdo e do cotidiano de uma profissão
 - - **Estágio sociocultural ou de iniciação científica** – estudante enquanto cidadão/ processo formativo inter e transdisciplinar (geralmente atividade de extensão).
 - - **Estágio civil** – projetos de interesse da comunidade (prestação de serviço civil, em sistemas estaduais ou municipais de defesa civil; ou prestação de serviços voluntários de relevante caráter social, programas sociais – potencial substituição ao serviço militar)

Contrato de Estágio. Requisitos subjetivos e objetivos

- **Requisitos subjetivos:**

- a) Os **sujeitos obrigatórios** (estudante, parte concedente e instituição de ensino)
- *Idade mínima* – 16 anos (art. 7º, XXXIII)
- b) Os **sujeitos auxiliares**: os agentes de integração (CIEE, IELF etc.)

- **Requisitos objetivos:**

- a) Matrícula e frequência comprovada;
- b) O termo de compromisso e o termo de convênio;
- c) A compatibilidade e a adequação do estágio à formação escolar do estagiário (exigências curriculares, calendário escolar);
- d) O acompanhamento do estágio por professor orientador;

Contrato de Estágio. Requisitos objetivos (continuação)

- e) **O prazo de realização do estágio** (máximo de 2 anos);
- Exceção: **estagiário PCD** (art. 11 da Lei de Estágio)
 - *“Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.”*
- **f) O limite do número de estagiários por estabelecimento;**
- **. Número total de estagiários não poderá ultrapassar o percentual de 20% do número de empregados do estabelecimento da instituição concedente** (art. 17, LEE), observando-se a seguinte proporção:
 - *I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;*
 - *II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;*
 - *III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;*
 - *IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários*

Contrato de Estágio. Direitos e deveres do estagiário

- **Os deveres**
- a) Cumprir a proposta pedagógica da instituição de ensino e o plano de estágio;
- b) Submeter-se ao trabalho de orientação;
- c) Obedecer às ordens do superior hierárquico no âmbito da instituição concedente, desde que as mesmas não sejam manifestamente ilegais;
- d) Cumprir as normas referentes à saúde e à segurança do trabalho;
- e) Apresentar o relatório descritivo de suas atividades, quando este for obrigatório;
- f) Agir com lealdade e colaboração no ambiente de estágio; e ser assíduo e pontual.

Contrato de Estágio. Direitos do estagiário

- **a) O direito à orientação pelo professor (tutor acadêmico)**
 - *Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos: III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;*
- **b) A bolsa de estudo e o auxílio-transporte**
 - - Obrigatória se estágio é não obrigatório
 - - mínimo de 30% em dinheiro (art. 82 da CLT)
- **c) A jornada (art. 10 da Lei de Estágio)**
 - Compatibilidade com o horário das atividades escolares previsto no TC;
 - **Limites:** *4/20h, no caso de **educação especial** e dos **anos finais do ensino fundamental**, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos; 6/30h no caso de **estudantes do ensino superior**, da **educação profissional de nível médio e do ensino médio regular**.*
 - Possibilidade de aumento da jornada para **8/40h- períodos sem aulas presenciais** (art. 10, par. 1º da LEE), desde que esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.
 - Jornada é reduzida à metade em dias de prova (art. 10, par. 2º da Lei de Estágio)

Contrato de Estágio. Direitos do estagiário

- **d) O recesso ou descanso anual**
 - 30 dias, preferencialmente durante o período de férias escolares
 - Não se confunde com férias (não se paga 1/3), ainda que algumas regras se apliquem analogicamente
 - Estágio inferior a 1 ano – recesso proporcional e possibilidade de pagamento proporcional se inviável o recesso.
- **e) O seguro contra acidentes pessoais (art. 9º, IV, da Lei de Estágio)**
 - Responsabilidade da organização concedente (**estágio não obrigatório**) e, no caso de **estágio obrigatório**, ficar alternativamente sob o encargo da instituição de ensino.
- **f) Proteção da saúde à segurança no trabalho (art. 14 da Lei de Estágio)**
 - Aplicação da NR e de toda a legislação de meio ambiente do trabalho
 - Possibilidade de percepção de adicionais de insalubridade e periculosidade
 - Vedado ao estagiário adolescente o trabalho em condições penosas, insalubres ou perigosas

Contrato de Estágio. Direitos do estagiário (continuação)

- **g) O direito à não discriminação (origem constitucional)**
- **h) A anotação da CTPS e a proteção previdenciária**
 - - Não tem o direito subjetivo de exigir a anotação da carteira de trabalho e previdência social (CTPS). O Ministério do Trabalho, no entanto, faculta o registro do estágio nas páginas de "anotações gerais" da CTPS do estudante.
 - - O estagiário, embora não tenha vinculação obrigatória em relação ao regime geral de previdência, pode ser filiado a este na qualidade de **segurado facultativo** (art. 11, § 2º da Lei de Estágio).
 - *“Art. 11. § 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.”*

Trabalho educativo

- Características próprias o distingue dos demais modelos
- Criado pelo ECA (art. 68)
- **Conceito:** É atividade laboral em que as **exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo** (art. 68, par. 1º do ECA)
 - Desenvolvimento da atividade sem qualquer compromisso com a produtividade, jornada ou rotina de uma empresa (ex: teatro, música, dança, artes, artesanato)
 - Finalidade é a transmissão de ensinamentos que possibilitem a capacitação da criança ou adolescente - desenvolvimento pessoal e social do educando

Trabalho educativo

Características:

- - Possibilidade de percepção de remuneração pelo trabalho não o desnatura (remuneração é exceção - art. 68, par. 2º do ECA)
- - Remota possibilidade de desenvolvimento dentro de uma empresa (admite-se apenas em razão de o ECA não definir onde deva ser realizado), sob pena de caracterizar mera e irregular intermediação de mão de obra.
- - **O limite de idade: 2 correntes**
 - Não há limite de idade para ingressar em programa de trabalho educativo (por não constituir-se em trabalho em sentido estrito) – Não há busca pela profissionalização;
 - Limite de 16 anos, na forma da Constituição
- - Apenas busca desenvolver habilidades que possam capacitar crianças e adolescentes para futura aquisição de conhecimentos profissionais